



Encontro Internacional
de Produção Científica
24 a 26 de outubro de 2017

ARQUITETURA ESCOLAR: SUA CONSTITUIÇÃO COMO INSTITUIÇÃO NO BRASIL

*Greyze Maria Palaoro Deitos¹, Pamela Gonçalves², Verônica Rosymari de Oliveira³,
Vilmar Malacarne⁴*

¹Acadêmica do Curso de Pós graduação Stricto Sensu, Mestrado em Educação – UNIOESTE, Campus Cascavel. greyzepalaoro@hotmail.com.

²Acadêmica do Curso de Pós graduação Stricto Sensu, Mestrado em Educação – UNIOESTE, Campus Cascavel. pangoncalves@hotmail.com.

³Acadêmica do Curso de Pós graduação Stricto Sensu, Mestrado em Educação – UNIOESTE, Campus Cascavel. verumk@hotmail.com.

⁴Docente do Curso de Pós graduação Stricto Sensu, Mestrado em Educação – UNIOESTE, Campus Cascavel. vilmaralacarne@unioeste.br .

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo levantar reflexões acerca do processo de construção social do papel assumido pelo ambiente escolar. É nesse espaço que a maioria das pessoas passam longos anos de sua vida, e nas discussões pertinentes à educação a arquitetura escolar nem sempre está presente. Na maioria das vezes, realizam-se pesquisas que abrangem metodologia, formação de professores, material didático, avaliação, entre outros, enquanto que as questões referentes ao espaço escolar é deixada em segundo plano. Com objetivo de conhecer um pouco mais sobre a influência da arquitetura escolar no processo de aprendizagem dos alunos, buscou-se levantar o processo de evolução do ambiente escolar e suas atribuições no aprendizado dos alunos na realidade escolar brasileira. Nesta perspectiva foi realizada uma busca direcionada em artigos científicos e livros que tratam do histórico da arquitetura escolar, para reconhecer as transformações pelas quais passou durante os séculos. Percebemos que a relação da arquitetura escolar está intimamente ligada às questões sociais, favorecendo a uma determinada classe social. Outro aspecto relevante, é que, mesmo tendo uma demanda crescente, devido ao aumento populacional, a busca por suprir o número de vagas nas escolas, fez com que os aspectos arquitetônicos, relevantes ao aprendizado, fossem deixados de lado, dando lugar ao improvisado na implantação de escolas sendo, esta realidade, algo ainda presente.

PALAVRAS-CHAVE: Ambiente escolar; Arquitetura escolar; Prédio Escolar.

INTRODUÇÃO

Antes da colonização de hegemonia portuguesa, o Brasil era habitado por incontáveis tribos indígenas, que possuíam território e cultura próprios. Embora as diferenças eram grandes entre as diferentes tradições indígenas, uma semelhança pode ser levantada e entendida como manifesta na maioria das tribos: não havia espaço físico destinado exclusivamente à educação, como vemos nos moldes de hoje. Segundo Bergamaschi e Medeiros (2010) o processo de aprendizagem dos indígenas se dava por meio das relações sociais estabelecidas, onde, os que possuíam os conhecimentos adquiridos pela tribo ficavam responsáveis em repassar sua cultura aos pequenos.

A introdução da cultura européia se deu aos poucos, inicialmente com a chegada dos padres jesuítas, que tinham intenção de catequizar os índios nos credos e costumes europeus. Para Bergamaschi e Medeiros (2010), esse foi um processo longo, e passaram-se séculos até que as escolas foram estabelecidas como ambiente destinado à educação.

A escola como instituição de ensino, como é vista hoje, passou por um processo longo de transformações até constituir-se como espaço físico destinado exclusivamente à educação. Nas



Encontro Internacional
de Produção Científica
24 a 26 de outubro de 2017

comunidades primitivas não havia um prédio que servia à transmissão do conhecimento acumulado culturalmente, isso se dava através da comunicação no dia-a-dia da sociedade. As crianças participavam das atividades rotineiras juntamente com adultos e assim aprendiam os afazeres cotidianos e os costumes culturais à sociedade a que pertenciam (ARIES, 1981).

Com o crescimento das sociedades em número e complexidade estrutural, esta organização de aprendizado das crianças foi inevitavelmente modificada. Com a divisão do trabalho e o acúmulo cada vez maior de conhecimentos construídos socialmente, um lugar específico foi destinado a repassar esses conhecimentos às crianças, local este chamado de escola. Esse espaço também sofreu modificações e significados ao mesmo tempo que a sociedade estabelecia objetivos para utilização dos mesmos.

Para Aquino (2009, p.33): “A escola nasceu nos espaços das residências e em outros lugares não especializados para os seus propósitos educativos, desenvolvendo suas funções de acordo com as condições regionais, históricas e culturais da sociedade na qual estava localizada”, incorporando as mudanças estruturais que a sociedade estava passando, apontando nesta direção o processo de ensino da época.

Com o passar do tempo, o conceito de espaço escolar passou por ressignificações, onde a escola deixou de ser vista apenas como espaço físico, enquanto dimensão arquitetônica, e nessa trajetória incorporou o aspecto social, ampliando o significado de espaço escolar. Nesse sentido, o foco do ambiente escolar deixa de ser exclusivo aos aspectos arquitetônicos, enquanto espaço físico, e estabelece alicerces nas relações sociais, principalmente de ensino/aprendizagem a qual se destina, tornando-se assim elemento ‘vivo’, transformando-se em espaços de possibilidades ou delimitações do desenvolvimento infantil. Ainda sobre a reconstrução do entendimento sobre ambiente escolar, enquanto espaço físico e social, Ribeiro (2004, p.103-104) cita Piaget (1979) com a seguinte fala:

Os espaços de vivência [a casa, a escola, o bairro] representam uma experiência decisiva na aprendizagem e na formação das primeiras estruturas cognitivas, e em sua materialidade, propiciam experiências espaciais que são fatores determinantes do desenvolvimento sensorial, motor e cognitivo.

A criança sai da sua casa, ambiente construído socialmente de acolhida, aconchego e segurança para adentrar num ambiente que historicamente lhes parece hostil: a escola, focada na função de repassar os conhecimentos acumulados historicamente, pelas diversas sociedades. Aquino (2009, p. 33) usa as palavras de Escolano (2001) para falar sobre a relação das crianças com seus primeiros ambientes de convivência. “O autor considera que a casa e seu entorno são para os indivíduos as primeiras aprendizagens como estruturas espaciais, sendo que a escola será após a casa, uma das experiências mais importantes na formação cognitiva do ser”. Assim, o ambiente escolar deve promover possibilidades de ampliação dessas aprendizagens, proporcionando espaços convidativos, confortáveis, com segurança e, por que não, com impacto estético positivo

1. METODOLOGIA



Encontro Internacional
de Produção Científica
24 a 26 de outubro de 2017

Este trabalho segue os princípios de uma pesquisa bibliográfica, onde buscamos materiais em forma de artigos e livros que envolvam a abordagem da Arquitetura Escolar. Buscamos na literatura especializada da área, a localização de obras por meio dos títulos, resumo e palavras-chave. Todos os materiais selecionados foram lidos e analisados seguindo as seguintes etapas, relatadas abaixo.

A primeira etapa desta pesquisa foi uma leitura exploratória, na qual selecionamos vários materiais. Esta etapa consistiu numa leitura rápida, que segundo Lima e Miotto (2007), tem por objetivo a verificação se as informações contidas nesses materiais serão de interesse para o estudo. Posteriormente fez-se uma leitura seletiva que, ainda segundo Lima e Miotto (2007, p.41), “[...] procura determinar o material que de fato interessa, relacionando-o diretamente aos objetivos da pesquisa”. Nesta etapa alguns documentos foram descartados por tratarem superficialmente sobre o tema. Na sequência realizamos uma leitura reflexiva e interpretativa com o intuito de responder ao questionamento levantado. A seguir apresentamos a sistematização desses resultados.

2. ARQUITETURA ESCOLAR

Com a vinda da corte portuguesa ao Brasil, o processo de ensino, disseminado na Europa naquela época, também ocupou seu lugar no Brasil Colônia. Desta forma, a constituição de uma escola formal se fazia necessária para ensinar os filhos da elite burguesa que estava em formação. Dentro deste contexto, o ensino seguia os moldes europeus vigentes, com uma educação tradicional. O ambiente escolar se dividia em diversas vertentes, ora na casa do educando, através de uma educação individualizada, ora na casa do professor, com salas improvisadas, com classes multisseriadas e, em outras vezes, em algumas salas públicas destinadas à educação, entretanto sem estrutura mínimas que condicionasse o local para tal atividade

Conforme a organização social se ampliava, aumentam os questionamentos sobre a necessidade de espaços mais adequados para a educação escolar de uma sociedade que estava em crescente desenvolvimento econômico e populacional. Campos (2008, p.11) cita Barros (2003) onde diz que:

O governo imperial viabilizou a construção de inúmeros prédios escolares no município da Corte e na sede de províncias a partir da década de 1870. Entretanto, embora se distinguíssem por sua arquitetura imponente e por sua localização em áreas enobrecidas das cidades, os novos prédios não substituíram as inúmeras casas alugadas, pequenas, modestas e insalubres, que serviam ao ensino primário no município da Corte e nas províncias.

Podemos citar como exemplo dessa arquitetura moderna utilizada nas escolas do império, a primeira Escola imperial da antiga freguesia de Sant’Anna, construída entre 1870 e 1872.



Encontro Internacional
de Produção Científica
24 a 26 de outubro de 2017



Imagem 1: Primeira Escola Imperial de 1872.

Fonte: Filho (2008, p.7)

Assim, desde a época do Império até a Primeira República (1930), segundo Aquino (2009), o processo de ensino foi idealizado para atender as elites estabelecidas na sociedade, entretanto, com a chegada da primeira República, alguns aspectos políticos/educacionais começaram a sofrer mudanças. Tido como novo ideário republicano, o ensino básico gratuito para toda a população, foi o principal catalisador das transformações ocorridas na educação nesse período. Deliberador (2010, p. 20 e 21) fala que:

No Brasil durante a 1ª República, os edifícios escolares situavam-se em sua maioria nas áreas contíguas a praças, como referência à expressão do poder e da ordem política em curso. O programa arquitetônico era basicamente composto por salas de aula e um reduzido número de ambientes administrativos. Destacava-se pela simetria da planta (com uma rígida separação entre as alas femininas e masculinas) e toda concepção de espaço era condicionada pelo Código Sanitário de 1894¹.

Com a necessidade de construção de inúmeras edificações escolares, almejando ampliar significativamente o número de vagas escolares, Buffa e Pinto (2002) remetem a relevância da construção de escolas “Tipo”², na intenção de impulsionar o crescimento no número de escolas e assim amenizar o déficit de vagas existente. Com esse propósito, surgiram os Grupos Escolares, disseminados nas principais cidades do país, principalmente no perímetro das principais capitais e cidades vizinhas.

Na imagem 2 os mesmos autores apresentam alguns modelos dos Grupos Escolares da cidade de São Paulo no período da Primeira República. Pode-se identificar nesses dois Grupos Escolares, que altera-se a fachada, mantendo grande parte da planta baixa padrão, referindo-se ao projeto das escolas Tipo acima citadas.

¹ As normas então estabelecidas, pelo código de 1824, disciplinavam os espaços, os hábitos, os corpos. Da limpeza do espaço público à higiene dos espaços da casa, do trabalho, da escola ou do lazer há uma noção de ordem que buscava constituir uma regulamentação da sociedade quanto à limpeza.

² Escolas tipo – edificações que seguem um mesmo projeto arquitetônico. Esse padrão é muito utilizado em edifícios residenciais, quando fala-se da planta tipo, onde todos os apartamentos possuem a mesma planta arquitetônica.



X
EPCC

Encontro Internacional
de Produção Científica
24 a 26 de outubro de 2017

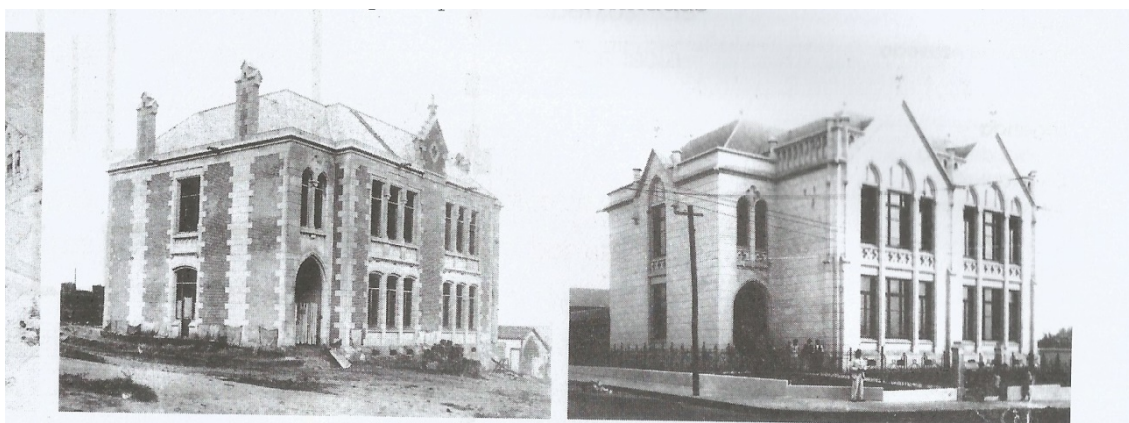


Imagem 2: Grupos Escolares de Espírito Santo do Pinhal e Piracicaba, da esquerda para a direita respectivamente.

Fonte: Buffa e Pinto (2002, p.35)

O código sanitário foi um dos primeiros parâmetros normativos que a arquitetura escolar brasileira precisou seguir, pois era uma época em que muitas doenças se alastravam e havia uma preocupação sanitária efetiva para manutenção da vida daquela sociedade. Preocupações essas relacionadas à ventilação, iluminação e higiene, que juntas dificultavam a proliferação dos agentes promotores de doenças.

Alguns dos edifícios eram feitos com materiais importados e de ótima qualidade de acabamento, principalmente as Escolas Normais. Segundo Aquino (2009) esses prédios possuíam um programa arquitetônico mais completo, com salas de aulas arejadas, laboratórios, auditórios entre outros ambientes que mostravam a imponência dos prédios escolares da época. Temos como exemplo a Escola Normal Ramos de Azevedo, na imagem 3. Entretanto os grupos escolares, normalmente, eram construídos com materiais mais austeros e com arquitetura menos expressiva. Ainda para Aquino (2009, p. 56): “A primeira república foi encerrada com o acontecimento da revolução de 1930 e com um vasto repertório de edifícios implantados nos centros urbanos para atender as elites burguesas”. Desta forma comprova que a escola para todos não passava de ideais não colocados em prática, e a escola continuava elitizada, servindo a uma determinada parcela da sociedade brasileira.

Nesse período a concentração cultural e econômica ainda se dava nas grandes capitais, como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Belo Horizonte. Nessa direção o setor agrário exercia forte influência social e política no país, regida pela política do ‘Café com Leite’, determinada pelas oligarquias paulista e mineira. Tal política foi assim denominada pela excelente produção de café pelo estado de São Paulo e de leite pelo estado de Minas Gerais, gerando muita riqueza para os produtores da época.



Encontro Internacional
de Produção Científica
24 a 26 de outubro de 2017



Imagem 3: Foto da Escola Normal da Capital

Fonte: Buffa e Pinto (2002, p.39)

Uma parcela dessa riqueza foi transferida para algumas escolas que foram consideradas modelo arquitetônico para a época. Para reforçar o sistema educacional vivenciado neste período, Deliberador (2010, p. 20) nos diz que:

A história da arquitetura escolar paulista está refletida nos mais de 170 edifícios que foram construídos entre 1890 e 1920, caracterizados por prédios escolares de arquitetura monumental (pé direito alto, grandes janelas, elevação do nível da edificação em relação à rua, com imensas escadarias), em geral projetados por arquitetos de renome internacional principalmente os de formação européia.

Desta forma pode-se verificar que o espaço escolar fala silenciosamente por si só, como nos diz Aquino (2009), através de seus códigos, de suas características físicas, localização e materiais de construção utilizados. Fica estabelecida a função da escola para aquela sociedade que a construiu, sendo a demonstração de poder político e social de uma pequena parcela da sociedade. Neste caso, altos investimentos foram empregados na construção de escolas exuberantes, entretanto, destinados especificamente para as famílias abastadas da época.

A Segunda República e o Novo Estado foram marcados por grandes transformações sociais e econômicas no país. Conforme estudos de Aquino (2009), houveram rupturas políticas e econômicas e um grande crescimento populacional, acarretando a transformação no panorama das principais cidades. Indústrias multinacionais implantaram-se aqui, transformando as características urbanísticas das cidades, promovendo uma demanda grande por mão-de-obra.

Com a necessidade de construir escolas para as classes menos favorecidas economicamente, outros padrões arquitetônicos se estabeleceram para o atendimento dessa parcela da sociedade por escolas, deixando de lado os prédios monumentais para a construção de edifícios mais populares, com menos detalhes arquitetônicos e materiais de construção condizentes com a nova realidade.

Com o tempo, e com a necessidade de massificação do ensino, o aspecto monumental das edificações destinadas aos grupos escolares teve sua importância diminuída. A simplificação das construções e a utilização, em alguns casos, de edificações adaptadas para o uso escolar também tiveram um significado: remetem diretamente ao declínio da escola enquanto instituição. (NASCIMENTO, 2012, p.27)



X
EPCC

Encontro Internacional
de Produção Científica
24 a 26 de outubro de 2017

Os profissionais responsáveis pelos projetos e construções das escolas, agora se viam diante de um problema de ordem política, social e econômica, pois a necessidade de escolas públicas para as classes mais populares era impositiva, precisando ser executada num curto espaço de tempo e com pouquíssimos recursos financeiros. Assim, o ato de projetar uma edificação, deixava de ser 'elaborada' para ser massificada em condições nem sempre ideais, deixando evidente mais uma vez, as significações ocultas nas construções dos prédios escolares.

Com todas essas transformações, a educação brasileira passou por um período de precariedade que refletia uma situação não somente nacional como internacional. Aquino (2009, p.63) nos fala: “[...] à época difícil de recessão em que o mundo vivia depois da queda da bolsa de Nova York em 1929 e também por não haver mais os recursos abundantes provenientes da riqueza do café no período da Primeira República”. Na busca por melhorias no sistema educacional brasileiro, vários educadores, influenciados pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, propuseram uma reforma na educação brasileira. Segundo Nascimento (2012, p.13) alguns dos educadores que receberam destaque nesse período foram: “Fernando de Azevedo (1897 - 1874), Manuel Bergström Lourenço Filho (1897 – 1970) e Anísio Spínola Teixeira (1900 – 1971)”. Sendo que Anísio Teixeira, educador baiano, foi expoente nesse período. Ainda segundo Nascimento (2012, p.13), se torna relevante dizer que Anísio Teixeira: “Difundiu os preceitos da Escola Nova, entre eles a ênfase no desenvolvimento de julgamento, em detrimento da memorização”. Esses ideais buscavam contrapor o modelo tradicional de escola vigente até agora, inserindo no lugar, uma educação preocupada com a formação integral das crianças.

Anísio Teixeira foi, sem dúvida, um expoente na educação brasileira, sempre preocupado em proporcionar uma educação de qualidade ao povo brasileiro, principalmente aos mais necessitados. Kowaltowski (2011) fala que enquanto muitos pensavam especificamente na quantidade de alunos que uma escola poderia proporcionar, Anísio Teixeira tinha o foco voltado às propostas de renovação, com educação integral e de qualidade, proporcionando à criança além dos conhecimentos acadêmicos, atividades complementares e atendimento à saúde.



Imagem 4: Centro Educacional Carneiro Ribeiro - Salvador, Bahia.

Fonte: Revista AU – Arquitetura e Urbanismo



Encontro Internacional
de Produção Científica
24 a 26 de outubro de 2017

Foi então, em 1947, na Cidade de Salvador, que o arquiteto Diógenes Rebouças (1914-1994) assumiu os ideais de Anísio Teixeira e projetou a escola-parque Centro Educacional Carneiro Ribeiro (imagem 4). Uma escola ampla, com capacidade para cerca de 1000 alunos atendidos em período integral. “A escola-parque tem os princípios da arquitetura moderna e o conceito da escola como ponto de convívio da comunidade. As propostas vislumbram a produção de uma arquitetura socialmente mais progressista, para maximizar os recursos disponíveis” (Kowaltowski, 2011, p.89). Anísio Teixeira tinha como inspiração as escolas comunitárias norte-americanas, focadas numa educação integral, que atendesse as demandas sociais.

Na sequência, o Brasil passou por um período de regime militar³, que da mesma forma que alterou concepções políticas e sociais, estabeleceu mudanças que envolveram o conceito de arquitetura escolar. Com a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/71, ficou a cargo do Estado o ensino fundamental, ampliando assim a população que tinha garantida a educação pública. Assim o governo se depara com uma necessidade ainda maior na ampliação de vagas escolares para suprir a crescente demanda por educação pública.

Para vencer esses desafios, o novo sistema de construções escolares era simplificado, distribuído em um grande corredor que dá acesso às dependências escolares, com paredes de alvenaria de blocos aparentes de concreto; o teto de laje pré-moldada, com cobertura de telhas de fibrocimento. A modéstia dos materiais empregados é consequência da política governamental de diminuir custos e prazos de construção (XAVIER; LEMOS; CORONA, apud, KOWALTOWSKI, 2011, p. 90-91).

Mais uma vez a educação brasileira fica condicionada ao suprimento de vagas insuficientes à educação básica pública. A qualidade das escolas ficou mais uma vez restringida à quantidade crescente da população brasileira. Nesse período os arquitetos criavam seus projetos independentes, sem qualquer consulta aos usuários daquele espaço sobre suas necessidades e pretensões sobre o novo ambiente a ser construído. Buffa e Pinto (2002, p. 151) nos dizem que: “É clara a cisão entre os produtores de espaço, os arquitetos e os produtores de ensino, os pedagogos, que pouco ou quase nenhum contato tiveram entre si nessa época”. Esse distanciamento entre o projetista e o usuário podendo causar diversos problemas na utilização do ambiente projetado, não havendo consonância entre o necessário, o almejado e o construído.

Após inúmeras transformações arquitetônicas estabelecidas nas escolas durante décadas, um antigo modelo de arquitetura escolar surge, com outra nomenclatura, embora baseado nas aspirações por uma educação integral, onde a formação do sujeito seja completa, onde além de conhecimentos científicos ele adquira conhecimentos complementares como cultura, saúde e bem estar. Estamos falando, segundo Kowaltowski (2011), de vários projetos modelos de escolas que foram elaborados pelo país, na busca por uma educação mais integradora. Nascimento (2012, p.27) fala que: “Experiências subsequentes, como o Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), o Centro Integrado de Apoio à Criança e ao Adolescente (CIAC) e o Centro Educacional Unificado (CEU)” seguiam as indicações da Educação Nova, inspirados em Anísio Teixeira com as Escolas Parque.

Para exemplificar tomaremos o CEU – Centro Educacional Unificado (imagem 5), elaborado pelo governo de São Paulo e que tinha a intenção de integrar a escola à comunidade. Kowaltowski (2011, p.100) fala que:

³ Regime Militar foi o período onde a política brasileira foi governada pelos militares, de 1964 a 1985. Este período caracterizou-se pela falta da democracia, suspensão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão.



X
EPCC

Encontro Internacional
de Produção Científica
24 a 26 de outubro de 2017

A ideia desses projetos escolares, como centros educacionais, é acompanhada de programas pedagógicos bastante abrangentes. São incluídas as necessidades da comunidade, como bibliotecas públicas, teatro, piscinas e área de lazer e de estímulo cultural da população [...] a criança passa o dia todo na escola, com refeições saudáveis, atendimento médico e atividades culturais e sociais após as aulas.

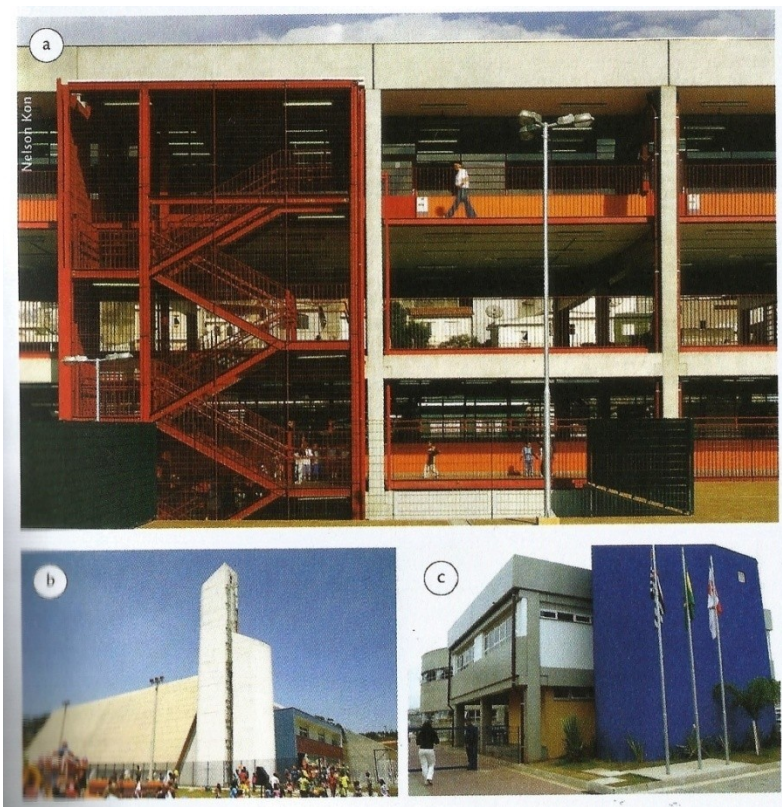


Imagem 5: Exemplo de CEU no município de São Paulo.

Fonte: Kowaltowski 2011

Esses modelos de escolas, propostos por diferentes governos buscavam um mesmo ideal, de uma escola que atendesse além do aspecto pedagógico, uma formação integral do sujeito, com atendimento em dois turnos, possibilitando essa diversidade educacional buscada. Para isso a arquitetura escolar foi dotada de elementos até então incomuns para a escola tradicional. Pela alta demanda financeira e por serem projetos centrados num ideário da administração pública vigente, esses projetos se perderam com a troca de governo, tornando-se apenas modelos de projetos para a transformação da educação pública.

CONCLUSÃO

Nos dias atuais, a busca por uma educação de qualidade continua evidente em discursos políticos, pesquisas acadêmicas, reunião de pais e professores, ou seja, em inúmeros ambientes essa fala é amplamente difundida. Contudo vivemos entre lutas constantes por melhores



Encontro Internacional
de Produção Científica
24 a 26 de outubro de 2017

condições de educação, bem como por espaços arquitetônicos adequados, sabendo da relevância do ambiente escolar no processo de ensino/aprendizagem no espaço escolar.

Entretanto, como vimos no decorrer do texto, as questões arquitetônicas nem sempre podem ser desenvolvidas adequadamente, não por falta de conhecimento ou interesse dos que produzem os projetos escolares, mas pela necessidade de suprir a falta de vagas, que é recorrente desde a época do Império.

Quantidade e qualidade sempre foram dois requisitos básicos que em se tratando de arquitetura escolar, não caminham lado a lado. A história da Arquitetura escolar comprova que, na maioria dos casos, projetistas escolares se deparam com um número grande de vagas a serem ofertadas em seus prédios escolares e, com um reduzido recurso financeiro, o que impossibilita propiciar um ambiente estimulador de aprendizagem.

Esse processo de construção de identidade escolar teve algumas tentativas de inverter o processo, e priorizar a qualidade ao invés da quantidade, contudo foram tentativas escassas perante o amplo crescimento demográfico encontrado no país. Ainda, nos dias de hoje, a arquitetura escolar, vive em entremeios das questões políticas e sociais, que influenciam, direcionando nos moldes de escola, local este que tem como prioridade a reprodução dos conhecimentos socialmente acumulados e que, portanto, careceria de uma maior atenção pelo poder público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1981.
- AQUINO, E. C. G. **Arquitetura e escola: a percepção docente dos lugares educativos**. 2009. 157 f. Dissertação de Mestrado em Educação. Campinas, SP: PUC-Campinas, 2009.
- BUFFA, E.; PINTO, G. A. **Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893 – 1971**. São Carlos: Brasília: EdUFScar, INEP, 2002.
- CAMPOS, J. C. P. **Arquitetura escolar: edificações de prédios escolares no Rio de Janeiro**. V **Congresso Brasileiro de História da Educação**. Aracaju – SE, 2008.
- DELIBERADOR, M. S. **O processo de projeto da arquitetura escolar no Estado de São Paulo: caracterização e oportunidades**. 2010. p. 255. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. Campinas, SP: Unicamp, 2010.
- LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**. **Rev. Katál**. Florianópolis, v.10, n. esp, p. 37-45, 2007.
- NASCIMENTO, M. F. P. **Arquitetura para a educação: a contribuição do espaço para a formação do estudante**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. São Paulo, 2012 Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.



X
EPCC

Encontro Internacional
de Produção Científica
24 a 26 de outubro de 2017

RIBEIRO, S. L. Espaço escolar: um lugar (in)visível no currículo. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.31, p. 103-118, 2004. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/8419.pdf> acesso em 5 mai de 2016.